



# ***CONFERÊNCIAS***





# Visões alegóricas do Brasil e dos brasileiros em dois gêneros discursivos

REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO\*

## 1 Introdução

**P**arto do pressuposto de que noções que nos parecem absolutamente “naturais” são na verdade construções culturais cristalizadas em investimentos de sentido que sob a forma de “signos típicos” conduzem ao reconhecimento de realidades auto-evidentes que dispensam explicações. Perguntas sobre o que consideramos absolutamente óbvio provocam surpresa e conduzem a espécies de não resposta, como as jocosamente exploradas em uma propaganda de cerveja, “é assim porque sim”.<sup>1</sup>

É o caso das noções de Brasil e do que faz ser brasileiro. Muito mais que a nomeação de um país com um território físico-geográfico materialmente localizável, o Brasil é o que histórica e culturalmente se representa como tal, abrangendo um conjunto de visões e projetos bem distintos que se expressam através de diferentes linguagens: a jurídica, a política, antropológica, econômica, sociológica, a geográfica etc. A “brasileidade” é um neologismo utilizado para nomear a essência condensada de todos os signos que permitam o reconhecimento do que é “ser brasileiro” presentes nas celebrações festivas ou cívicas da nossa nacionalidade.

---

\* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

<sup>1</sup> A publicidade da cerveja Skin, veiculada atualmente na TV, ao associar a indagação porque você bebe Skin a outras escolhas óbvias busca na resposta “porque sim” o mesmo efeito de naturalidade.

A proposta deste texto é confrontar duas obras exemplares de distintos gêneros discursivos nas quais são construídas diferentes visões sobre o Brasil e os brasileiros. A primeira, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de autoria de Manuel Antônio Almeida, apesar das ambiguidades, é classificada no gênero “romance”<sup>2</sup> por tratar-se de uma narrativa das tramas em que se enreda o personagem central, Leonardo, um brasileiro típico, que contando sempre com as figuras de mediadores ou intercessores se beneficia de “arranjos” que o conduzem por vias tortuosas a desfechos bem sucedidos. O cenário é a cidade do Rio de Janeiro e nele transitam figuras pitorescas que se integravam ao cotidiano urbano da capital do império em meados do século XIX. Considerado por muitos o primeiro romance realmente brasileiro, foi publicado originalmente no suplemento “A Pacotilha” do jornal *Correio Mercantil* no formato de folhetim, entre os anos de 1852 e 1853, cujos “capítulos” posteriormente reunidos foram publicados como livro.

A segunda obra, *O Problema Nacional Brasileiro*, de Alberto Torres, é ilustrativa do gênero discursivo ideológico-doutrinário. Elaborada a partir de um discurso proferido no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1911 e de artigos publicados em 1912 no *Jornal do Comércio*, esta obra de inspiração positivista está voltada para cumprir o que o autor considerava um dever cívico: conhecer objetivamente a sociedade brasileira para estar apto a propor mudanças pragmáticas que guiassem o país para um destino de ordem e progresso.

## **2 “Memórias de Um Sargento de Milícias” - um discurso literário pouco convencional sobre “os cá da terra”**

*Memórias de Um Sargento de Milícias* não se enquadra facilmente no gênero literário romance, conservando muitas marcas da tradição oral, na qual, como explícita Walter Benjamin, “o nar-

---

<sup>2</sup> Por não tratar-se o personagem principal de um tipo herói romântico, a obra se enquadraria melhor no gênero picaresco, que se caracteriza pela narrativa de um **pícaro**, sinônimo de malandro em português. Entretanto, diferentemente do “pícaro” em sua origem na literatura espanhola, o nosso Leonardo pouco tem de ingênuo e chega na vida adulta a um final feliz.

*rador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros*".<sup>3</sup> A obra situa-se em uma espécie de limbo entre o romance, na medida em que assume a forma de uma narrativa escrita endereçada a destinatários ausentes (leitores), a quem o autor "fala" através da trama de seus personagens, e o folhetim, que mesmo usando a linguagem escrita pressupõe uma "leitura coletiva" e o autor-narrador interfere no curso da narrativa enquanto "pessoa do mundo", como interlocutor que provoca o destinatário ao emitir e solicitar opiniões, ao fazer esclarecimentos sobre o que é narrado, ao fazer e a solicitar sugestões. Publicado originalmente em capítulos, assemelha-se às peças de teatro popular, ou ao atual gênero das novelas: múltiplas tramas são tecidas simultaneamente e no início de vários capítulos o narrador recorre a "chamadas" ao leitor para marcar a retomada de sequências suspensas. Exemplos: "*Enquanto o compadre aflito procura por toda parte o menino, sem que ninguém possa dar-lhe novas dele, vamos ver o que é feito do Leonardo, e em que novas alhadas está metido*". "*Dadas as explicações no capítulo precedente, voltemos ao nosso memorando, de quem por um pouco nos esquecemos*".

O autor, Manuel Antônio de Almeida, se autoneomeia um contador de histórias que lhe foram contadas por outro e que ele por sua vez reconta para que possam ser outras vezes recontadas e assim não esquecidas. As narrativas explicitadas como "memórias" reivindicam o estatuto de realidade para personagens e fatos narrados sem retirar, no entanto ao narrador a liberdade de nelas interferir com comentários e acréscimos que lhes aumente o sabor ao serem lidas/ouvidas. A obra mantém-se nas fronteiras permeáveis entre o território da ficção (as tramas) e gênero documental que ganha espaço com as ricas descrições que reconstituem "objetivamente" uma época: o tempo do Rei João VI no Brasil, ou mais especificamente no Rio de Janeiro. A expressão que introduz o capítulo I elucida bem este efeito de sentido (fusão entre realidade e ficção) que se quer obter. "Era no tempo do rei". Evoca-se com o "era uma vez" das estórias, mas fica claro que o tempo do rei é his-

---

<sup>3</sup> BENJAMIN, Walter. "O Narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" in *Obras Escolhidas vol. I - Magia e Técnica, Arte e Política*, Primeira edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

toricamente datado. No parágrafo abaixo transcrito do capítulo “Novas Diabruras”, o autor declara sua pretensão de objetividade: “*Era má sina de o major ter sempre de andar desmanchando prazeres alheios; e infelicidade para nós que escrevemos estas linhas estar caindo na monotonia de repetir quase sempre as mesmas cenas com ligeiras variações: a fidelidade, porém, com que acompanhamos a época, da qual pretendemos esboçar uma parte dos costumes a isso nos obriga*”.

O título da obra, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, revela o propósito do autor de através do personagem, Leonardo, concebido na travessia dos mares de Portugal para o Brasil, fruto não planejado de “uma pisadela e um beliscão” entre portugueses fogosos no convés do navio, construir uma certa imagem de um brasileiro mítico, que embora localizado em um contexto histórico (o tempo do rei D. João VI no Rio de Janeiro) de um certo modo funda um discurso imemorial sobre o que é “ser brasileiro”. É através de suas peripécias, desventuras e venturas que são retratadas as peculiaridades de uma “brasilidade” emergente: nos cenários, nos costumes, nos tipos sociais, nas festas; na linguagem.

Não é assim casual o pseudônimo “*um brasileiro*” adotado pelo autor na primeira versão da obra publicada em fascículos do periódico *Correio Mercantil*. Através dessa escolha ele aponta o lugar que constrói para si, o de registrador da memória do Brasil e dos brasileiros comuns, uma espécie de retratista do cotidiano, com as práticas e representações sociais que o povoam. É assim o precursor de uma vasta literatura que elege como “lócus” o “nacional” e “regional” e que encontra sua expressão mais acabada no movimento modernista da década de 20.

O artigo indefinido “um” que antecede o título da personagem central, sugere o estatuto de um mero exemplar de uma série, encarnação de um tipo social. O personagem permite ao autor uma construção metafórica e satírica sobre o brasileiro: fruto de “uma pisadela e um beliscão”, esta origem pouco afeita aos preceitos morais rigorosos, deixará marcas em um “caráter” folgazão não ajustável aos projetos “civilizatórios” de trabalho e disciplina que lhe são propostos:

“Como sempre acontece a quem tem muito que escolher o pequeno a quem o padrinho queria fazer clérigo mandando-o para Coimbra, a quem a madrinha queria artista metendo-o na Conceição, a quem D. Maria queria fazer rábula arranjando-o algum cartório, e a quem enfim cada conhecido ou amigo queria dar um destino que jul-

gasse mais conveniente às inclinações que nele descobrira, o pequeno, dizemos, tendo tantas coisas boas, escolheu a pior possível: nem foi para Coimbra, nem para Conceição, nem para cartório algum; não fez nenhuma dessas coisas, nem também outra qualquer: constituiu-se um completo vadio, vadio mestre, vadio tipo”.

As regras morais não sendo interiorizadas por Leonardo devem ser impostas através dos personagens que encarnam o mundo da ordem e que combinam vigilância com força física na tentativa mal sucedida de a elas submetê-lo: o pai Leonardo Pataca (meirinho); o professor; o “mestre de rezas”; o “mestre de cerimônias” e principalmente o major Vidigal.

A importância do major Vidigal como encarnação do poder de reprimir e castigar, impondo a lei a seu modo, é sintetizado pelo autor no seguinte trecho:

*“O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a este ramo da administração (a polícia da cidade); era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas de sua imensa alçada não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua “justiça” era infalível; não havia apelação das sentenças que dava; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava conta”.*

No jogo que contrapõe a sagacidade de Leonardo à do Vidigal desenrolam-se as múltiplas tramas com fracassos e sucessos para o nosso “herói” cujos desenlaces são antecipados ao leitor nos títulos de vários capítulos: “O Vidigal Desapontado”, “Represálias”, “Novas Diabruras”...

Para Antônio Cândido<sup>4</sup> os movimentos astuciosos do Leonardo para “safar-se” das “encrencas” e conseguir levar a bom termo os seus planos caracterizaria o que foi posteriormente nomeado como “dialé-

<sup>4</sup> Antônio Cândido no ensaio Dialética da Malandragem: caracterização das *Memórias de um Sargento de Milícias*, menciona que o próprio Mário Andrade se reconhece como sucessor de Manuel Antônio de Almeida, destacando que Leonardo, como Macunaíma, são personagens símbolos do malandro brasileiro.

tica da malandragem”<sup>5</sup>, frequentemente apontada como traço da cultura brasileira. A dialética da malandragem é ilustrada nas relações entrecruzadas entre as figuras do mundo da “ordem” (o oficial, o legal) e o da “desordem”, dos prazeres, das infrações. Leonardo é uma espécie de exemplar do malandro, não um mau caráter propriamente, mas um sem caráter, avesso às regras disciplinares que sobre ele não fazem efeito mesmo quando acompanhadas de ameaças e castigos. Já ao nascer deu sinais do que seria, um “maganão”<sup>6</sup>: “*mamou e chorou por três horas seguidas*”.

Abandonado pelo pai, Leonardo Pataca, e pela mãe, a saloia Maria, Leonardo encontrou refúgio na casa do padrinho, ou “compadre”, que exerce a partir daí o papel de seu intercessor benevolente que encontrava justificativa para todos os seus mal feitos, sem nunca desacreditar e sonhar com um futuro bem sucedido para o afilhado. A comadre, parteira que o trouxe ao mundo, é a outra personagem que faz a mediação com os “apatacados” ou ocupantes de funções de prestígio para alcançar favores que socorram o afilhado nas situações de encrenca em que sempre estava metido. Os “arranjos” e as “comissões” salvadoras acompanham e garantem um desfecho satisfatório para todos os infortúnios de Leonardo.

A cigana “Vidinha”, o “Caboclo Velho”, o Granadeiro, o Teotônio, entre outros, são tipos populares, a maior parte nomeados por sua função, ou traço de comportamento.

Sendo um romance “anti-romântico”, não constrói o que se possa a rigor rotular de “heróis”, mas também não apresenta grandes vilões. O único personagem não ambíguo, porque desprovido de qualquer qualificação positiva, cabe mais na categoria de “velhaco” do que de um terrível vilão: sua ação se exerce sobre as mulheres e seu perigo é neutralizado por sua própria transparência:

“Figure o leitor um homenzinho nascido em dias de maio, de pouco mais ou menos trinta e cinco anos de idade, magro, narigudo, de olhar vivo e penetrante, vestido de calção e meias pretas e terá a idéia

---

<sup>5</sup> Ver Roberto da Mata. **Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rocco ; RJ, 1997.

do físico do senhor José Manuel. Quanto ao moral, se os sinais físicos não falham quem olhava para sua cara assinalava-lhe logo um lugar distinto na família dos velhacos. Se tinha alguma virtude era a de não enganar pela cara.”

A ironia<sup>7</sup> é uma estratégia discursiva utilizada recorrentemente por Manuel Antônio de Almeida para exercer de forma irônica sua crítica às instituições e aos costumes sociais em vigor, como ilustrado nos textos abaixo:

*“... mas o homem era romântico, como se diz hoje, e babão, como se dizia naquele tempo; não podia passar sem uma paixãozinha. Como o ofício (de meirinho) rendia e andava sempre apatacado, não lhe fora difícil conquistar a posse do objeto adorado”; “Pois a vida de Luizinha, depois de casada, representava com fidelidade a vida do maior número das moças que, então, se casavam: era por isso que as Vidinhas não eram raras ... ).*

A religião católica é retratada não por suscitar convicções de fé profundas cultivadas no recolhimento individual das orações, mas pela superficialidade das aparências, das procissões pomposas e dos rituais que funcionavam principalmente como espaço de uma sociabilidade festiva. A crítica jocosa ao clero é feita pelo autor no episódio em que Leonardo Pataca arma uma cilada para desacreditar publicamente o pároco, seu rival insuspeito que lhe roubara as atenções da cigana Vidinha. Contratou Chico Juca, um tipo valentão a quem se pagava para bater em alguém ou armar uma briga, para exercer o seu ofício na festa de aniversário da cigana e ao mesmo tempo em que informou ao Major Vidigal sobre o que iria ali acontecer. O vigário sai desmoralizado ao ser flagrado pelos “granadeiros” do major em seu esconderijo no quarto da cigana metido em trajes íntimos.

Ao retratar os costumes de uma época o autor aproxima-se do que hoje nomeamos de trabalho etnográfico. Muitos capítulos são dedicados a descrições meticulosas, detalhadas de festas populares, a Via Sacra do Bom Jesus, a Procissão do Divino Espírito Santo, O Fogo No

<sup>7</sup> A ironia, segundo Dominique Maingueneau, subverte a fronteira entre o assumido e o que não é pelo locutor. O enunciador irônico faz ouvir uma voz diferente do "locutor" que expressa um ponto de vista insustentável. O locutor assume as palavras mas não o ponto de vista.

Campo. Outro aspecto a destacar na obra é o uso de termos do linguajar popular da época, tais como “arranjar-se”, fazer uma “estralada”; “val-devino”, “algebibe”; “saloia”.

Em determinados trechos o autor assume o lugar de enunciador genérico, que reproduz “máximas” que condensam aspectos da sabedoria popular partilhados e reconhecidos por todos que pertencem a mesma coletividade. São exemplos de “discursos fundadores” que gozam de intangibilidade própria, que são imemoriais e sintetizam o que se costuma chamar de “alma do povo”:

*“É sempre assim que se sucede: quereis que nos liguemos estreitamente a uma coisa? Fazei-nos sofrer por ela.”*

*“O coração da mulher é assim; parece feito de palha, incendeia-se com facilidade, produz muita fumaça, mas em cinco minutos tudo é cinza e o mais leve sopro espalha e desvanece.”*

*“Em certos corações o amor é assim, tudo quanto tem de temo, de dedicado, de fiel, desaparece depois de certas provas, e transforma-se num incurável ódio”.*

*“É muito antigo dizer-se que há uma coisa pior que um inimigo, e é um mau amigo”.*

“É uma grande desgraça não corresponder a quem amamos aos nossos afetos; porém não é também pequena desventura o cairmos nas mãos de uma mulher a quem deu na cabeça querer-nos bem de veras”.

O capítulo “Caldo Entornado” apresenta a origem da expressão “entornar o caldo,” ainda hoje utilizada para descrever situações em que por um acontecimento inesperado perde-se o controle a ser mantido em situações socialmente delicadas. Foi o que aconteceu com Leonardo ao ser flagrado por “Toma Largura”, o marido ciumento, no momento em que a mulher recebia dele o “obséquio” de uma tigela de caldo: *“De repente sente-se abrir uma porta e a moça que tinha na mão a tigela, estremece, e o caldo entorna”*.

A construção de uma identidade nacional é buscada na oposição sempre realçada entre os “cá da terra” e um “outro” d’além mar (Portugal).

“Já se sabe que houve nesse dia função: os convidados do dono da casa, que eram todos d’além mar, contavam o desafio; os convidados da comadre que eram todos da terra, dançavam o fado”.

A viagem, a travessia d'além mar, é a metáfora utilizada para reportar-se à transfiguração quase mágica dos costumes e das instituições que se "abrasileiram".

*"Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos... A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza, velhacaria."*

A promoção de Leonardo ao posto de "Sargento de Milícias" remete para mais uma prática que acompanha as peripécias do personagem, o "arranjo", (versão contemporânea do "jeitinho" brasileiro) que permite contornar os entraves formais para conseguir uma "Conclusão Feliz". "Se como soldado de linha não podia casar-se, Leonardo "achou o salvatório", e veio comunicar a Luizinha (a noiva, filha de uma senhora apatacada) o meio que tudo remediava." *podia ficar ele sendo soldado e casar, dando baixa de linha, e passando-se no mesmo posto para as Milícias*".

É com a salvadora intercessão do major Vidigal que Leonardo alcança ao posto de sargento de milícias, "arranjo" que é antecedido por outro da qual participaram a comadre, D. Maria (mãe da noiva), a comadre e a fogosa Maria Regalada, cujos "dotes" e favores fizeram fraquejar a sisudez do major.

O autor toma a palavra, enquanto locutor propriamente dito, pessoa do mundo e não personagem, para tecer um vaticínio sobre a dinâmica social do país:

*"Já naquele tempo (e dizem que é defeito nosso) o empenho, o compadresco, eram uma mola real de todo movimento social" (pág. 126).*

### **3 O Problema Nacional Brasileiro - O discurso ideológico-doutrinário de Alberto Torres**

Alberto Torres é um dos precursores do pensamento nacionalista que ganha materialidade nos discursos das diversas vertentes do movimento republicano no Brasil no final do século XIX e durante toda a chamada "República Velha". Se é verdade que o povo assistiu "bestializado" a proclamação da República, também o é o envolvimento exaltado de camadas da classe média letrada no debate político que se travava de modo especial nos jornais da época. Quais dispo-

sitivos e estratégias de produção de sentido permitem reconhecer o discurso nacionalista?

Uma marca do padrão discursivo ideológico-doutrinário pode ser reconhecida no próprio título da obra, *O Problema Nacional Brasileiro*. O enunciador atua como uma espécie de “superego” do país, capaz de dele distanciar-se o suficiente para falar sobre os seus “pecados”, mas com a autoridade moral de quem os conhece propor ações racionais corretivas que exorcizem os males e tracem o caminho para a salvação.

Em primeiro lugar, é um discurso conceitual: trata-se de pôr em questão o estatuto de algumas noções tais como “nação”; “povo”; “senso nacional”; “soberania nacional”; “Estado”, para a partir daí questionar o que falta à realidade brasileira para que elas aqui possam encontrar substância. O “discurso diagnóstico” é complementado por outro de natureza terapêutica (apresentação de projetos que solucionem os males detectados).

Por um lado, o enunciador pretende representar objetivamente a realidade brasileira, objeto de seus estudos e análises, por outro, assume a posição de engajamento em uma causa: o nacionalismo.

O lugar reservado aos destinatários desse discurso ideológico-doutrinário é o de “sujeitos do convencimento”, daí o uso recorrente à argumentação lógica conjugada à dissuasão moral, ao chamamento à luta. Vale lembrar que três dos quatro textos que compõem a obra, *Senso, Consciência e Caráter Nacional; Em Prol das Nossas Raças; Soberania Real e Nacionalismo*, foram originalmente publicados como artigos no *Jornal do Comércio*, evidenciando que a imprensa do período, basicamente partidária ou de “de opinião”, ajusta-se à classificação feita por Habermas:

*“Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutoras de opinião pública, meios de luta da política partidária... Certos escritores passaram a utilizar o novo instrumento da imprensa periódica a fim de conseguir eficácia publicitária, para a argumentação deles impregnada de intencionalidade didática”*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, cap. II, p. 216, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

O “problema nacional” brasileiro é associado à origem do país: “descoberto” ou formalmente “inventado”, sem que as bases reais, ou seja, o “senso”, “consciência” ou “caráter nacional” tivessem sido naturalmente formados ao longo dos séculos, alimentando-se apenas de tradições partilhadas. Propõe-se como explicação do curso do desenvolvimento a oposição básica entre os “países novos” e os “países velhos”. A falta de um tempo histórico que consolide a solidariedade ou consciência dos interesses orgânicos do país, acrescenta o autor outro fator agravante do “problema nacional”: a condição colonial que não se teria extinguido com o acontecimento declaratório da Independência ou da instalação de um regime político considerado moderno, a República.

O fato de que os acontecimentos políticos mais marcantes de nossa história terem se efetivado sem grandes confrontos revolucionários contribuiria, segundo o autor, para a exacerbação do estado de apatia, de inorganicidade instalado no país.

Desse modo não nos constituiríamos, efetivamente, uma nação. A tarefa primeira dos nacionalistas seria assim constituir a nação através da ação política orientada para a consolidação do senso, consciência e caráter da nação.”

Aos nacionalistas caberia a função pragmática de ordenar o caos, a anarquia, instalados em todos os setores da vida brasileira: economia, política, ciências, costumes etc. De inspiração nitidamente positivista, o nacionalismo de Alberto Torres busca seus fundamentos no racionalismo pragmático: define-se como o avesso do patriotismo romântico, preso à contemplação de símbolos nacionais abstratos (a bandeira, os hinos etc.). Sua missão é conhecer as peculiaridades da realidade brasileira, o que envolve desde as condições históricas de sua constituição, ao seu solo, clima, recursos naturais e principalmente as características potenciais do seu povo para, de posse deste arsenal de conhecimentos, organizar racionalmente nossa economia e definir as diretrizes políticas e sociais do país.

Há, assim, em Alberto Torres uma crítica rigorosa às elites, incluindo-se aí intelectuais, empresários e principalmente os políticos.

**Intelectuais:** “*em geral os homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam até hoje, uma força social (...)*”

**Empresários:** “*Em relação a quase todas as nossas indústrias, o comércio nacional, os intermediários mercantis, todos os que exercem profissões liberais, os banqueiros e os capitalistas, são colaboradores do estrangeiro no esgoto das riquezas e no êxodo dos capitais*” (p.102).

**Políticos:** “*Daí o desânimo e a descrença de um povo, para quem a vida pública não é senão uma crônica de anedotas pessoais e de audácias, escândalos e imoralidades, exagerados e deturpadores*”.

As metáforas do hotel e da estação de estrada de ferro como locais de trânsito, de aglomerado, onde nenhum vínculo orgânico se institui entre os indivíduos, são empregados pelo autor para expressar a desordem brasileira: “sem espírito e sem unidade como a vida de um hotel, ou de uma estação de estrada de ferro, onde se encontram e se entrecruzam febril, milhares de indivíduos, camadas e gerações da sociedade, sem nenhuma consciência de interesse comum”.

Rejeitando o que considera ufanismos ou otimismo infundados sobre o país, referência sutil ao discurso consagrado no hino nacional sobre o “berço esplêndido” das nossas riquezas naturais, renega também as atitudes de ceticismo ou pessimismo em relação ao futuro do Brasil.

A argumentação mais forte que tece para o seu otimismo apoia-se na revisão sobre as teses então circulantes dos determinismos geográfico e antropológico, que suprimiam a hipótese de uma civilização avançada nos trópicos.<sup>9</sup> No que se refere a “natureza tropical”, o que lhe faltaria seria um conhecimento científico de utilização preservadora e adequada de suas potencialidades. O autor contesta a tese da inferioridade das “raças” nativas, ou das que aqui se instalaram ou medraram através das mestiçagens. A sua visão sobre o povo brasileiro, absolutamente otimista, está presente no texto “*Em Prol das Nossas Raças*”:

“Somos um dos povos mais inteligentes do mundo. Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, probo, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro, fiel ao nosso espírito e sentimento tradicional, que não deturpou o caráter na confusão cosmopolita das grandes cidades, mostra, logo à primeira vista, no sorriso aberto e na palavra mansa e serena,

<sup>9</sup> Sugestivamente todos os movimentos sociais que pretendem revitalizar as raízes “nacionais” tendem a destacar a nossa tropicalidade. Tem-se como versão recente, da década de 70, o movimento “tropicália” dos “novos baianos”.

onde a ociosidade a que foi habituado põe uns laivos de desânimo - a inteligência viva e aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e hábil.”

As qualidades positivas do povo derivariam assim de sua “pureza” e do pragmatismo imposto pela vida<sup>10</sup>. Para ele o “homem do interior” e não o do “litoral” representaria genuinamente o espírito brasileiro. No entanto, se na sua inocência o povo é isento de culpa pelo caos do país, também a ele não se pode imputar a tarefa de “construir a nação”. Sua exortação - patriótica- é assim endereçada aos dirigentes, aos que deveriam exercer o papel de “cérebro” a comandar o corpo social:

“É erro imputar aos povos na crítica dos acontecimentos sociais a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. O corpo alimenta; não inspira nem dirige o cérebro. [...] Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos”.

Para o autor o Brasil como uma “sociedade nova” não pode esperar que as forças naturais o conduzam ao caminho da evolução, do progresso. O nacionalismo é defendido exatamente como encarnação desta vontade e deste projeto de construir o Brasil como nação.

O nacionalismo de Alberto Torres projeta um outro Brasil que quer encontrar a si mesmo, que deixe de ser um “exilado” em suas próprias terras. O tom anti-imperialista combina-se com o nacionalismo. A inspiração fisiocrata o conduz a uma visão da riqueza nacional como resultado da conjunção entre recursos naturais e uma organização adequada e racional do trabalho na agricultura.

A modernidade industrial, consumista, é vista como artificial, enganadora, conduzindo o autor à defesa do que considera o verdadeiro destino do país: “*O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos.*”

---

<sup>10</sup> Visão muito próxima da exposta por Augusto Comte que advoga que ao povo seria mais fácil absorver o espírito positivo por não ter sido ele contaminado pela cultura metafísica.

## Considerações finais: Brasil, Brasis

É possível encontrar pontos comuns entre dois gêneros discursivos tão diversos ilustrados nas obras analisadas que além do mais foram escritas em momentos históricos também distintos? Pode-se dizer que ambas se ajustam à afirmação de Octávio Souza<sup>11</sup> de que a literatura e a produção acadêmica brasileiras foram movidas pela compulsão de explicitar a identidade nacional, o que lhes consignava uma espécie de missão cívica de assumir uma função integradora?

Se em Alberto Torres, esta compulsão é óbvia, também em Manuel Antônio de Almeida, ainda que recorrendo ao discurso irônico, percebe-se a preocupação de decifrar o que é e o que faz “ser brasileiro”. Ou seja, reiteradamente, repete-se ao longo da nossa história uma busca infinda de uma originalidade que nos distingue para o bem ou para o mal de todos os outros países e povos. Para dar conta das peculiaridades nacionais, temos as nossas “jabuticabas”, frutinhas nativas que não se encontram em outras paragens.

Recorrendo à crítica jocosa, como o faz Manuel Antônio de Almeida, ou ao discurso ideológico doutrinário como o faz Alberto Torres, ambos falam do que nos falta para alcançar determinados padrões de civilização.

A origem colonial e a instituição da escravidão, sustentáculo da economia mercantil, são retomados reiteradamente como pecados capitais que nunca cessam de ser exorcizados, mas que nenhuma água batismal consegue apagar.

Uma outra presença insidiosa, que é assinalada pelos dois autores como principal marca das relações institucionais e sociais que atravessam o tecido das ordens pública e privada no Brasil, é a prática da troca de favores ou de compadrio, também nomeado de clientelismo. As forças do atraso são assim invocadas como permanências de um passado que é antagonico ao avanço político da meritocracia, do ideal democrático do universalismo de procedimentos somente poderia ser alcançado em um futuro remoto com a minimização das desigualdades

---

<sup>11</sup> Souza, Octávio. *Fantasia de Brasil-Identificações na Busca da Identidade Nacional*, Ed. Escuta, São Paulo, 1991.

sociais. Até lá caberia ao próprio Estado oferecer tratamento diferencial aos “excluídos” através de políticas sociais distributivas que, segundo o sociólogo José de Souza Martins, são percebidas como “dádivas” a serem retribuídas com a fidelidade dos que as recebem aos que as concedem. Caracteriza-se assim, para o autor acima citado, a recriação nos governos do PT de uma forma estatizada de clientelismo eleitoral que confirmaria sua adaptação à modernidade.<sup>12</sup>

De matéria publicada do jornal *O Povo* (7/06/2014) sobre encontro dos 22 partidos que integram a vasta base eleitoral do governador Cid Gomes, para discutir quem seria o nome indicado para a sua sucessão nas eleições de 2014, extraímos o depoimento de um dos dirigentes de partido que ilustra o pragmatismo cínico da regra operatória da política, ou seja, a negociação dos cargos a serem obtidos:

*“Queremos discutir o que nós vamos ganhar, política é feita disso (...) Queremos saber se porventura for um sucesso a eleição, o que vai acontecer depois. É preciso ter uma discussão política de espaço, de qual espaço poderemos ter agora e depois”.* (presidente estadual do PTC).

Justifica-se assim a visão negativa sobre as elites, de modo especial à elite política, contraposta a uma representação ambígua sobre o povo brasileiro, em que se por um lado nele se deposita todas as esperanças das grandes transformações, de outro ele é considerado um povo desenraizado, sem pai nem mãe identificáveis, ou como dito por Nelson Rodrigues, com “complexo de cachorro vira lata”.

Após um século, o que Alberto Torres já afirmava em 1914, soa como crítica que não perde atualidade quando aplicada aos costumes políticos vigentes no Brasil:

“O nosso hábito de apreciar os fatos políticos e sociais sob a sugestão das emoções morais, à base do ‘juízo-forma predominante em nosso espírito, da “consciência moral” - leva-nos a ver os assuntos públicos senão pelo dilema do bem e do mal, do honesto e do desonesto [...] de programas não se cogita senão para efeitos eleitorais; e de problemas e soluções, não se chegou ainda a cogitar”.

---

<sup>12</sup> José de Souza Martins. *A Política do Brasil, Lúmpen e Místico*. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. L&PM Pocket. Porto Alegre. 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1983.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1982.

BENJAMIM, Walter. O Narrador – Considerações Sobre a Vida de Nicolai Leskov. In: *Obras Escolhidas*. v. I. Ed. Brasiliense. SP, 1985.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. Companhia das Letras, SP. 2013.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. Companhia das Letras, SP, 1990.

COMTE, Augusto. *Cours de philosophie positive*. Lib. Scientifique e Industrielle de L. Nathis, Paris, 1851.

CRUZ, Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Ed. Rocco, RJ. 1986.

\_\_\_\_\_. *Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Ed. Rocco, RJ. 1997.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro. RJ, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Pontes Editores. SP, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil - Lupem e Místico*. Editora Contexto. SP. 2011.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política brasileira – clien-*

telismo, corporativismo e insulamento burocrático. Gramond Univer-  
sitária. Rio de Janeiro, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Editora  
Campus. RJ. 1982.

SOUZA, Otávio. *Fantasia de Brasil - as identificações na busca da  
identidade nacional*. Ed. Escuta, SP. 1994.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto con-  
servador*. Companhia das Letras, SP. 2012.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. <<http://www.chook-cult.com.br/acervo/livro.php>>

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. Editora  
Unesp. São Paulo, 2010.

(Conferência pronunciada na sede do Instituto do Ceará  
em 21 de agosto de 2014).

